

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Aldacir
Oliboni



Atena
Roveda



Cláudia
Araújo



Gilvani
o
Gringo



Hamilton
Sossmeier



Psicóloga
Tanise
Sabino

025ª COSMAM 17JUN2025

Pauta: Seminário sobre Meio Ambiente.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (9h44min) Bom dia, bom dia a todos, sejam todos muito bem-vindos. Vamos dar início, então, ao nosso seminário do meio ambiente, da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM. Já estão presentes aqui conosco a Ver.^a Cláudia Araújo, minha vice-presidente, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Gringo e o Ver. Hamilton. Eu sou Tanise Sabino, presidente desta comissão. De imediato, quero já convidar para compor a Mesa os nossos convidados de hoje, nossos palestrantes. Artur Ferrari, da empresa Igapó, pode compor a Mesa. Fica à vontade, obrigada. Chamar também o Dr. Alexandre Burmann, doutor em direito ambiental. Chamar também o Ver. Paulo Brack, professor universitário, militante socioambiental e vereador suplente. E chamar também Jackson Müller, biólogo; fica à vontade, pode sentar desse lado, porque fica metade para cada lado. Quero saudar também, que está conosco, Luis Felipe Dorneles, da SMAMUS; eu tenho informação que não chegou. Não chegou ainda, não é? É com grande satisfação que hoje estamos promovendo este seminário, um tema de fundamental importância para a nossa cidade de Porto Alegre e para todo o nosso Estado do Rio Grande do Sul, com certeza. Vivemos em um momento em que a preservação e o equilíbrio ambiental não são apenas questões de consciência, mas de sobrevivência. Um

meio ambiente estabilizado, equilibrado, é essencial para garantir a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar de toda a nossa comunidade. Quando cuidamos do nosso ecossistema, também estamos protegendo nossas fontes de água, nossos recursos naturais, e prevenindo desastres que podem afetar a todos nós. Recentemente, enfrentamos as enchentes aqui no nosso Estado do Rio Grande do Sul, um lembrete bem claro sobre como o desequilíbrio ambiental pode agravar esses eventos climáticos extremos. Essas enchentes não apenas causaram danos materiais significativos, mas também colocaram em risco muitas vidas e resultaram em várias perdas, como vidas que se foram devido às tragédias. Com esse evento climático, podemos evidenciar a urgência de adotarmos práticas sustentáveis e de preservação para o nosso meio ambiente. Portanto, esse seminário é uma oportunidade para refletirmos sobre nossas ações, aprendermos mais sobre como contribuir para um ambiente mais saudável e equilibrado, e reforçarmos a importância de políticas e atitudes que promovam a sustentabilidade.

Neste momento, eu gostaria de passar aqui para os colegas, vereadores da Mesa. Ver. Gringo. (Pausa.) Ver. Oliboni. (Pausa.) Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos; cumprimentar minha presidente, Tanise Sabino, meus colegas vereadores Hamilton, Oliboni e Gringo; cumprimentar os nossos convidados e agradecer pela presença desde já. É muito importante esse tema. Nós precisamos falar, e estamos em uma comissão que fala sobre saúde e meio ambiente, e que, muitas vezes, acabamos deixando de lado os temas voltados ao meio ambiente para falar sobre os temas voltados à saúde. Saúde urge, e estamos em um momento tão difícil da saúde, mas não podemos esquecer as questões voltadas ao meio ambiente, e este é o melhor mês para lembrarmos disso e não esquecermos nos demais. Estamos no mês do meio ambiente, 5 de junho é o dia do meio ambiente, onde precisamos fomentar e falar. O nosso gabinete trabalha muito com projetos voltados às questões de sustentabilidade e do meio ambiente. Então, eu fico muito feliz, Ver.^a Tanise, de que nós, enquanto comissão, porque este é um

seminário da comissão, não é de um vereador específico, venhamos a falar sobre assuntos diversos voltados ao meio ambiente neste dia.

Só para contextualizar, nós temos o projeto aprovado das composteiras, nos parques e praças, que acho que o Artur depois talvez comente sobre isso. Nós estamos implantando, praticamente, daqui a 20, 30 dias, no máximo, a composteira piloto, que vai ser na Redenção – estamos aqui com o prefeito da Redenção; seja bem-vindo, Jakubaszko –, e que vai, provavelmente, provavelmente não, com certeza dará certo, e nós vamos conseguir implementar isso em outras praças, em outros parques, acima de “x” metros quadrados, mas que a gente possa utilizar o próprio material que é retirado do parque, na composteira, para que isso seja utilizado no próprio parque. Então, isso a gente chama de sustentabilidade, com o meio ambiente. E também temos um projeto muito polêmico na Casa, que é a questão das sacolas plásticas, que tem tudo a ver com o meio ambiente. Nós queremos reduzir a utilização das sacolas plásticas, e, quando falamos isso, que é tão importante fazer essa substituição do plástico pelo biodegradável, da gratuidade pela venda, porque isso vai fazer com que as pessoas pensem em quantas sacolas eles querem levar para casa. E isso vai, com certeza, reduzir drasticamente o consumo desenfreado, porque hoje as pessoas chegam no mercado e levam um monte de sacolinha para casa para fazer de lixo, para botar o cocô do seu cachorro, para colocar o seu lixo orgânico, e que a gente tem que buscar, nas composteiras, nas compostagens, a utilização dos orgânicos, e tantas coisas que podem ser feitas de forma diferente para que a gente realmente possa pensar no meio ambiente como o lugar que a gente quer para viver. Porque, se a gente continuar trabalhando da forma que a gente está, sujando e poluindo o nosso meio ambiente do jeito que estamos fazendo, com certeza, em um futuro muito breve, não teremos onde morar. O futuro será cruel. Então, acho que esse tema do meio ambiente, várias pautas que nós vamos falar aqui são extremamente importantes. Quero ouvir a todos para depois poder trazer as nossas demandas e os nossos encaminhamentos. Muito obrigada a todos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, muito obrigada. Ver. Hamilton. (Pausa.) Ver. Gringo. (Pausa.) Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudar aqui a nossa presidenta, a Ver.^a Tanise, colegas vereadores, o Gringo, a Cláudia, o Ver. Hamilton, nossos palestrantes desta manhã aqui na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Eu acredito, só para lembrar, que este ano chega à Casa o Plano Diretor. E nós já temos mais de dez anos que não é atualizado o Plano Diretor. Por incrível que pareça, nós recebemos muitas denúncias na Casa de que o Plano Diretor assim mesmo não é respeitado. Nós temos bairros na cidade, como o Chácara das Pedras, que é um bairro residencial, e que, de repente, aparece um espigão do lado de uma residência. Está sendo respeitado o Código do Meio Ambiente? Está sendo respeitado quando a CEEE Equatorial, hoje uma empresa privada, destrói significativamente as árvores em determinadas ruas da cidade, porque está passando determinados fios? A Prefeitura está acompanhando tudo isso? Está sendo respeitada a questão dos parques e praças de Porto Alegre, que é o pulmão humano da nossa cidade? A Redenção, o Marinha? A orla do Guaíba, abrindo uma concessão, e não se respeita a questão do meio ambiente? Nós temos que discutir isso para hoje, amanhã e no futuro. Então, os seminários que trazem aqui *expertise* nesta área podem nos ajudar a dar norte a tudo isso, uma vez que há muita crítica pontual, inclusive da Câmara, em relação à Câmara em não se posicionar com relação a isso. Então, o Plano Diretor, para nós, é o projeto central que vem do governo, é discutido aqui numa comissão especial, que é de extrema importância não só nós discutirmos aqui a questão dos empreendimentos, mas, principalmente, o respeito ao meio ambiente. Então, esse debate é muito pontual, muito especial. Por isso, eu parableno os nossos colegas para poderem ouvir aqui do controle social. É uma pena que não tem ainda muitas pessoas aqui, mas esperamos que apareçam, mas que esse debate continue. Isso que é de extrema importância. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ver. Gringo.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Bom dia a todos. Bom dia, presidente. É um prazer fazer parte dessa comissão e acredito que, de toda a minha caminhada, Deus foi dirigindo e me trouxe aqui para utilizar de uma experiência muito grande que eu tenho na área ambiental, conhecimento para agregar, e a gente debater e trazer melhoria no que se gera. Eu digo que a questão ambiental gera uma grande consequência, atualmente, na saúde das pessoas, que está relacionada à água, que eu trago essa pauta aqui muito forte. E eu falo sempre que nem todo mundo tem conhecimento, no detalhe, de todas as áreas que envolvem a nossa vida. Então, isso aqui é um alerta, isso aqui é uma informação. Eu falo que é importante as pessoas darem ouvido, porque as pessoas hoje que sofrem com náuseas, sofrem no dia a dia com desconforto na sua saúde, muitas vezes adoecem, não sabem muitas vezes o que possa estar acontecendo, e eu não vou afirmar, mas é uma grande suspeita que pode estar levando vidas, que está relacionada às águas. A qualidade da água que chega às nossas torneiras, por consequência dos contaminantes que se encontram lá nos mananciais, que isso é uma pauta de muita coragem, e falo para vocês com tranquilidade que coragem eu tenho. Está aí, a gente pode falar, quem quiser saber, contaminantes emergentes, vai encontrar ali algum dos itens que hoje estão gerando consequências graves em nossas vidas, em nossa saúde. E é importante ser levado em consideração, eu falo que todas as ações ambientais, eu digo, as tão diretas, que venham a trazer mudança nessa questão que eu estou falando das águas, tem as intermediárias, que nem a Cláudia Araújo falou. Então, tudo isso aí, eu digo, agrega, contribui para uma questão que acaba sobrecarregando lá no manancial, de onde a gente capta nossas águas. E sempre falo que o movimento, ele já traz uma mudança por si, porque, que nem o Oliboni comentou, as coisas são pouco debatidas, são pouco explanadas algumas situações, e são tomadas decisões, e a população não sabe que aquilo ali vai vir para o mal, vai vir para o pior da questão ambiental. Então, é importante debater isso, trazer essa informação para a população saber de verdade o que é que está ocorrendo com a nossa saúde e com as nossas vidas. Já faz tempo

que era para ter mudado, a fiscalização tem intensificado, tem muitas questões aí da iniciativa privada que são levadas meio a olho, eu digo, a olho nu, não é levado uma cobrança de cima da questão dos lançamentos influentes, padrões de lançamento, e isso é que tem que ser trazido em pauta e ser cobrado. Isso aí está gerando um movimento, eu falo que gera uma mudança na questão do lixo, falo muito da questão do lixo, se sabe o que envolve, é uma questão econômica muito grande, perigosa para mim, e a questão por consequência do remédio, a indústria do remédio. E, assim, essa é a linha de frente que eu me proponho aqui, junto com a comissão, em trazer esse debate, e a gente buscar a mudança e a população ficar sabendo na íntegra do que acontece por consequência disso que eu estou falando, da questão ambiental, em nossas vidas, nas vidas de cada um que está acompanhando. Aqui na comissão tem poucas pessoas, mas, na rede, as pessoas estão muito ligadas a tudo que é importante para a mudança da nossa saúde. E esse é meu propósito, me preocupar com o povo, com a saúde, junto com a comissão. Eu digo, quero que todos possam contribuir, cada um no seu projeto, e a gente trazer o bem da população. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Antes de passar a palavra para o nosso primeiro palestrante, dar um informe aqui. Nós tínhamos previsto aqui o Li Rassier de Andrade, convidado da Ver.^a Atena, a Josi – nossa assessora da comissão – me passou que ele encaminhou uma mensagem para nós agora, ele sofreu um acidente de moto, vindo para cá. Vamos aguardar notícias. Então, vamos dar início aqui com a nossa primeira palestra, Dr. Alexandre Burmann. Ah, Dr. Artur, desculpa, Dr. Artur Ferrari, da empresa Igapó. Sustentabilidade com posteiras é o tema da palestra. O senhor tem 15 minutos.

SR. ARTUR FERRARI: Bom, primeiro, eu queria agradecer o convite e a presença de todos. Para a gente é um tema muito caro falar sobre os resíduos orgânicos, e eu acho que é de suma importância ter esses debates, esses encontros aqui, como a exemplo do que aconteceu na Coreia do Sul, que hoje

eles tratam quase 100% dos resíduos orgânicos deles. Eles faziam pelo menos mil encontros anuais entre lideranças, professores, a comunidade, para chegar no nível que eles chegaram hoje. Então, sem a gente fazer isso aqui constantemente e espero que não seja uma vez que isso aqui se repita e em outras instituições, em outros lugares, para que a gente consiga ter um avanço. Bom, eu sou o Artur, sou engenheiro ambiental. Quase fui seu aluno, não fui porque parou de dar a cadeira, quando eu fazia faculdade, mas então é um prazer estar aqui do seu lado. Sou engenheiro ambiental, trabalhei sempre com saneamento, faz 12 anos que eu já trabalho com saneamento e, agora, trabalhando especificamente com resíduos orgânicos. A gente gera, mais ou menos, 500 gramas de resíduos por dia, cada pessoa, resíduos orgânicos, o que dá uma média de, mais ou menos, 180 quilogramas de resíduos orgânicos por ano. No Brasil, a gente gera, entre resíduos urbanos e resíduos agrossilvopastoris, cerca de 800 milhões de toneladas. A gente trata apenas 1% desses resíduos de maneira adequada. Na maior estimativa, 2%; na pior, 0,5%. A gente ainda tem um grande trabalho para fazer, basicamente incipiente ou inexistente, na valorização dos resíduos orgânicos. Esses resíduos orgânicos são enviados para aterros sanitários, são enviados, aqui em Porto Alegre, para aterros sanitários, mas em outras cidades acabam sendo enviados para lixões, o que causa diversos problemas ambientais, desde a contaminação de mananciais, a atração de vetores, a perda de valor das residências das pessoas que moram no entorno. Então, a gente tem impactos não só ambientais, mas também impactos sociais e impactos na saúde das pessoas, porque isso acaba trazendo diversos vetores, acaba trazendo a questão da poluição dos rios, e isso acaba impactando todo o meio ambiente. Além disso, os resíduos orgânicos, essa cadeia de descarte dos resíduos orgânicos é responsável por 5% da emissão dos gases de efeito estufa, sendo a terceira atividade humana que mais gera metano, ficando atrás apenas da agricultura e da energia. De novo, o jeito que a gente tem feito não só no Brasil, mas o jeito que a humanidade tem tratado seus resíduos é completamente insustentável. A gente tem um problema muito sério com relação a essas atividades. Aqui em Porto Alegre, a gente manda para

a Lombrinha do Pinheiro, para, depois, mandar para Minas do Leão, ou seja, fica passeando com o resíduo, não só os secos, que deveriam ser os recicláveis, mas também o orgânico. O orgânico é 80% água, então a gente basicamente passeia com água para cima e para baixo, o que, em princípio, não faz sentido nenhum, numa lógica, isso está completamente equivocado. Mas, enfim, a gente tem um problema, e como é que a gente pode solucionar isso? Primeiro, é não gerando resíduo, porque o melhor resíduo é aquele que não é gerado. Como a gente consegue melhorar isso? Principalmente não gerando os resíduos. A gente tem um exemplo, aqui em Porto Alegre, da Ceasa, que gera 40 toneladas de resíduos por dia, ou seja, a gente está tocando alimento que poderia ir para as pessoas, poderia estar alimentando diversas pessoas, ou mesmo ração animal, outros tipos de coisas, que acabam indo simplesmente, de novo, passeando e indo parar em Minas do Leão. Acho que todo o mundo concorda que isso é uma prática que não faz sentido. Mas a gente tem uma pirâmide das práticas que deveriam ser adotadas, para a gente diminuir esses resíduos ou o que fazer com nossos resíduos orgânicos. A primeira é a prevenção, a redução, é diminuir esses resíduos. A segunda é o que não pôde ser aproveitado para a alimentação humana, é um tomate que não está muito bonito: em vez de ir para o lixo, vai fazer molho, vai fazer um tomate seco, vai fazer outra coisa que não transformar ele em resíduo. Depois do mais nobre, que seria a alimentação humana, é a alimentação animal. Não podendo também ser alimentação animal, é fazer um *upcycling*, é fazer um reuso, fazer alguma outra utilização desse resíduo. E depois, o próximo passo é o tratamento biológico, é a compostagem, é a geração de metano através da biodigestão. Depois, por último, é recuperação energética através da queima, até o sanitário, e, claro, por último, que nem deveria estar ali, que é a disposição inadequada em qualquer lugar. A gente se concentra naquela pirâmide na compostagem, mas o que é a compostagem? A compostagem é nada mais, nada menos que a gente copiar o que acontece na natureza. Quando a gente vê aí num parque, numa floresta os resíduos, os animais que morrem, eles são degradados e voltam para o ciclo natural, todos os nutrientes, tudo que eles têm ali dentro acaba voltando. A única coisa que, na

compostagem, a gente pega esse processo que já ocorre naturalmente na natureza e transforma ele num processo engenheirado, a gente transforma ele num processo controlado, para que não tenha problemas de atração de vetores, não tenha problemas de maus cheiros, e transforma isso em substâncias húmicas e em fertilizantes, reaproveitando esses nutrientes presentes nessa matéria orgânica. Na Igapó, o que a gente faz? A gente faz a compostagem através de uma compostagem mecanizada, de forma a acelerar e controlar melhor o processo de degradação. Isso nos traz algumas vantagens, porque a gente consegue descentralizar essa gestão dos resíduos orgânicos, botando, por exemplo, no próprio local de geração. A gente tem um exemplo, aqui em Porto Alegre, da PUC, que já tem tratado os resíduos orgânicos com a gente, o Hospital São Lucas, o próprio centro administrativo da Prefeitura também tem uma composteira nossa, então a gente consegue descentralizar e quebrar essa lógica dessa cadeia de resíduos. Em vez de pegar os resíduos, botar num caminhão, levar para algum lugar, a gente trata no próprio local de geração. E a compostagem tem um efeito prático e educacional que, efetivamente, é o único resíduo que a gente consegue tratar, que a gente consegue reciclar no próprio local. Diferente do plástico, que a gente vai separar, no fim, ele vai para alguma cadeia, ele vai ser reciclado em alguma indústria. A compostagem a gente consegue fazer no próprio local. É uma filosofia muito californiana, que é, se a gente quiser realmente começar a reciclar os resíduos, a gente tem que começar pelo orgânico e começar pela compostagem, porque ele, em tese, é o mais fácil, a gente não precisa de uma cadeia logística muito complexa, como o vidro, que a gente sabe que tem uma cadeia com logística complexa, a gente sabe que precisa de uma indústria de transformação. A compostagem, no pior do pior dos cenários, a gente vai botar uma caixinha com minhocas aqui dentro e vai conseguir compostar, pelo menos, cada sala compostar o seu resíduo. A gente consegue fazer a reciclagem *in loco*, no próprio local desses resíduos, trazendo também uma vantagem, porque, quando a gente começa a compostar, a gente começa a tirar o resíduo orgânico do seco, o seco começa a se tornar mais atrativo e mais fácil de manusear e melhor para as pessoas que estão dentro

das cooperativas, dentro dessa área. Então, descentralizando a compostagem, a gente tem diversos ganhos, além de reduzir a emissão de gases de efeito estufa na logística, porque os principais lugares que se mandam para a compostagem hoje estão no Vale do Caí. Então, quem manda para a composteira hoje em Porto Alegre tem que sair daqui e ir até o Vale do Caí para compostar, o que também não faz sentido. Esse também foi um dos propósitos, era trazer para o centro urbano a compostagem de uma forma um pouco mais efetiva. Como eu comentei, quais são os benefícios de trazer a compostagem mais para o centro, para onde ele é gerado? É desvio dos resíduos dos aterros sanitários, redução da emissão dos gases de efeito estufa, concretização da economia circular no próprio local, como a vereadora tinha comentado, antes, que tratar no próprio parque, então ele vai ser utilizado no próprio parque. Então tu tens a economia circular naquele local, não precisa ser mandado para fora, para, depois, por exemplo, lá para Lomba do Pinheiro, é compostado lá, volta para o parque, então isso não tem muito sentido. A educação ambiental, porque isso, de novo, acaba sendo exemplo, então a gente acredita que o exemplo arrasta, então botando ali a composteira, mostrando para a população que tem o que ser feito com o resíduo orgânico, que a separação dele, se eles fizerem em casa, vai ter uma destinação correta, isso vai ser eficiente. E, claro, uma redução dos custos, principalmente nessa parte logística, porque a gente sabe que é a parte onde mais se gasta o recurso dos municípios, na parte da logística desses resíduos.

Hoje a gente tem alguns projetos específicos em Porto Alegre, que é a compostagem fundamental, a gente tem instalado em uma escola municipal, que é a Judith, onde a gente botou a composteira como uma forma de ferramenta de educação ambiental, onde as crianças aprendem a compostagem, aprendem essas práticas de sustentabilidade com a composteira. Então, ela está ali no colégio, instalada, gerando composto, que abastece a própria horta que eles têm no colégio. Então tem um impacto positivo nessas crianças, que a gente sabe que a educação, como eu falei, tem que ser algo continuado, a gente tem que fazer mil eventos, a gente tem que estar em todas as escolas batendo nisso,

para que isso aconteça. E o projeto das praças sustentáveis, que veio da Lei da Compostagem nas Praças, onde a gente vai fazer, agora, a instalação na Redenção. E a gente também tem um outro projeto, que é para botar em praças menores, mas aí é focado nos *pets*, que é fazer a compostagem das fezes caninas ao lado dos cachorródromos, porque a gente sabe que, hoje, a gente tem mais *pets* do que crianças no Rio Grande do Sul. (Risos.) Então, a gente não olha muito, mas a gente tem problema muito grande de fezes animais, não só em praças, mas, enfim, mais do que crianças.

Então o nosso objetivo é ser mais que uma empresa, mais do que uma *startup* ou qualquer coisa, é ser um agente de transformação ambiental, é estar aqui discutindo, falando com quem toma decisão para promover essa visão de mundo, para promover a visão de que a gente precisa realmente melhorar como a gente trata os nossos resíduos, porque é um dos maiores problemas que a gente tem hoje nas cidades, é um dos maiores orçamentos que a gente tem nas cidades, então a gente tem que olhar ele de uma forma diferente e tratá-lo de uma forma muito mais específica.

Gosto muito de um livro que é O Despertar do Universo Consciente, do Marcelo Gleiser, e queria trazer esta reflexão: a gente é, enquanto seres humanos, e a Terra é extremamente raro no universo, o universo é realmente muito hostil à vida, e a gente preservar a natureza, preservar a vida é um dever nosso, é um dever moral de todos nós, para não só com as próximas gerações, mas para com a vida. Então gostaria que vocês se juntassem a nós para ajudar a transformar o mundo em um lugar um pouquinho mais sustentável e preservar a vida. (Palmas.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, muito obrigada. Vou passar a palavra agora para o Dr. Alexandre Burmann, doutor em Direito Ambiental, mestre em Avaliação de Impactos Ambientais, especialista em Direito Ambiental e membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB-RS.

SR. ALEXANDRE BURMANN: Muito obrigado, presidente. Bom dia a todos, Sra. Presidente, Ver.^a Cláudia, vereadores Gringo, Oliboni, Hamilton, é uma satisfação de estar presente aqui, na COSMAM, junto com o professor Jackson Müller, o professor Paulo Brack, o Artur Ferrari, que estão juntos aqui à mesa. Muito feliz de estar de volta aqui, eu que trabalhei nesta COSMAM, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no ano 2012, assessorando o Ver. Beto Moesch aqui na Câmara, foi um ano bastante interessante, trabalhando com as questões de saúde e meio ambiente. Trabalhei e fizemos muitos eventos aqui, nesta sala. Então, é uma satisfação aqui estar, de novo, presente junto a esta Câmara de Vereadores, a Casa do Povo, para tentar trazer um pouquinho de informação, que eu acho que é uma das grandes questões que a gente tem ficado à mercê de muitas narrativas que acontecem nas redes sociais, na imprensa. E a Câmara de Vereadores, eu acredito que tem, especialmente a COSMAM, essa necessidade de ser um veículo de trazer informação para todas as pessoas e levar uma informação de qualidade para que todas as pessoas que estão nos assistindo aqui, nesta audiência, que estão nos assistindo pelas redes sociais e TVCâmara, eventualmente, possam ter um juiz adequado de valor para fazer a sua tomada de decisão e avaliar adequadamente o que está acontecendo nas questões ambientais em nosso País, em nosso Estado, em nossa cidade. Nós estamos aqui refletindo, após um ano de enchentes drásticas que aconteceram no nosso Estado, em nossa cidade, muito por conta, eventualmente, de fenômenos naturais que aconteceram, sem dúvida nenhuma, mas muito também por falta de prevenção da nossa cidade, prevenção do nosso Estado. Nós temos um modelo de cidade, um modelo de Estado que não se adaptou a uma realidade que vem mudando. E nós precisamos estar atentos a isso para que não ocorra, porque é uma constância que isso possa acontecer futuramente e nós temos que estar preparados, temos que sair desse nosso discurso, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, nós temos que agir na prática.

E aproveitando o gancho da Ver.^a Claudia e também aqui do Artur, precisamos ter, essencialmente, educação ambiental. Não adianta a Câmara de Vereadores, o Poder Executivo aprovar um projeto que não vai permitir ou vai cobrar pelo uso

das sacolas plásticas, ou vai permitir que o uso das sacolas plásticas sejam somente as biodegradáveis, se as pessoas que levam as sacolas plásticas para suas casas não sabem o que fazer com elas, não fazem o mínimo de reciclagem, não separam o lixo para fazer a compostagem, aqui da empresa do Artur. Se a gente chegar nesse momento em qualquer... Olha, e genericamente falando, se a gente for para qualquer container de lixo, de resíduo, que tem na nossa cidade, que está dito que lá só pode resíduo orgânico, a gente vai ter uma quantidade absurda, 70%, 80% de lixo seco, que poderia estar sendo reciclado. Isso faz parte de um processo do quê? De educação ambiental, do cidadão. A sociedade não está preparada ainda para isso, porque para fazer a separação do lixo tu tens que ter trabalho em casa, tu tens que fazer uma separação, tu tens que levar o lixo no horário certo, e a pessoa está acomodada, ela não quer fazer isso. É uma dificuldade para a gente, que trabalha na área ambiental, fazer esse trabalho de formiguinha e ir levando isso para a sociedade, porque isso só ocorre a todos que estão há muito tempo trabalhando com isso, ver que isso acontece geração após geração. É um trabalho difícil, reclamamos que não há um engajamento suficiente, mas sabemos que isso faz parte do processo. Eu queria falar e, obviamente, eu sou advogado, tenho que trazer um pouquinho de questão jurídica, o pouco que eu posso falar de ambiental é da parte jurídica, do que eu trabalho desde o início da minha trajetória da advocacia, lá em 1997, e o início da minha trajetória no direito ambiental, lá no início dos anos 2000, eu sempre trabalhei com prefeitura há muito tempo, desde 1999, quando eu fui procurador jurídico em município do interior, sempre trabalhando com esse assunto do direito público, do direito ambiental, com as prefeituras, com o poder público, e o Ver. Oliboni falou uma questão muito importante do debate que vem ocorrendo em relação ao Plano Diretor aqui do Município de Porto Alegre, e a necessidade de que as questões que são discutidas no plano, na prática, muitas vezes, elas não têm o devido controle. A gente fica muito preocupado com o processo de construção da legislação, da aprovação dos projetos e esquece do quê? Da fiscalização. Então, de repente, tem uma situação sendo construída fora do contexto, fora da previsão legal. E esse ponto que eu gostaria de trazer para

vocês, que é em relação ao projeto de lei de licenciamento ambiental, que vem sendo debatido no Congresso Nacional, e também tem reflexo aqui no Estado do Rio Grande do Sul, e também terá reflexo na nossa cidade. É um projeto que vem sendo debatido desde 2004, ou seja, ele tem mais de 20 anos de debate dentro desse Congresso Nacional, obviamente que com versões diferentes, que tenham sido levadas para um lado e para o outro. Então, não é um debate novo. É um projeto de lei de licenciamento ambiental e tem muita gente dizendo que o projeto de lei não está sendo debatido. Ora, eu acho que é o contrário; ele está sendo debatido há muito tempo e a gente não sai da linha dos debates. Nós precisamos avançar com esse projeto de lei, seja para aprimorá-lo e para que ele possa efetivamente ser aprovado e dê uma segurança jurídica para toda a sociedade. Vou dar um exemplo para vocês: no Estado do Rio Grande do Sul teve uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADIn nº 6.618, que julgou alguns dispositivos do Código Estadual do Meio Ambiente, que estabeleceu, por exemplo, a licença de regularização para empreendimentos que iniciaram a sua execução, iniciaram a sua implantação, iniciaram a sua operação e não obtiveram a licença ambiental. Eles não têm, dentro de um sistema jurídico, a possibilidade de se regularizar – porque nós temos a licença prévia, o licenciamento trifásico prévio de instalação e de operação. O Estado do Rio Grande do Sul, copiando modelos de outros estados, criou uma licença de regularização. A pessoa precisa fazer compensações ambientais, vai ser responsabilizada por isso, vai eventualmente pagar multas ambientais, mas ela tem a oportunidade de se regularizar recebendo uma licença específica. No Estado da Bahia, essa licença existe. Vou dar um exemplo, um outro estado, existe em outros estados. No Estado da Bahia, essa licença existe. Essa licença foi levada à discussão no STF e o STF disse que a licença de regularização da Bahia é constitucional. Agora, o STF diz que a licença de regularização no Estado do Rio Grande do Sul é inconstitucional. Então, não há uma parametrização, não há uma sistemática que diga por que a licença ambiental de regularização na Bahia é regular e por que a licença ambiental no Estado do Rio Grande do Sul não vai poder ser regular.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não vamos muito longe, só para complementar a sua fala, nós temos 19 unidades de triagem e quase nenhuma delas tem licença ambiental.

SR. ALEXANDRE BURMANN: Exatamente.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Então, como é que a gente trabalha a questão dos resíduos, nem as nossas unidades de triagem têm a licença ambiental?

SR. ALEXANDRE BURMANN: Exatamente, vereadora. E para esses empreendimentos, por exemplo, veja que empreendimentos de saneamento, isso inclui a questão de água e de resíduos, a necessidade do poder público e de nós termos um licenciamento que possa atender essas pessoas. Como é que a gente vai, eu sei porque já acompanhei isso, acompanhei a promotora Annelise Steigleder em vários processos com a Ver.^a Cláudia, como essas pessoas com uma capacidade de envolvimento e uma capacidade intelectual não tão aprofundada vão conseguir a documentação necessária para um licenciamento ambiental, todo um estudo técnico para um licenciamento ambiental aqui dentro da cidade? Nós precisamos facilitar a vida desse pequeno empreendedor, desse cidadão que está fazendo um serviço para a cidade. São 180 quilos de lixo orgânico que a pessoa gera?....

SR. ARTUR FERRARI: Por ano, de resíduo, resíduo, são 360.

SR. ALEXANDRE BURMANN: Trezentos e sessenta?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sem considerar a geração de emprego.

SR. ALEXANDRE BURMANN: Exatamente, o que cada pessoa gera; imaginem isso aí no universo de toda a população de Porto Alegre. Nós precisamos dar apoio para essas pessoas. Mas o que a gente tem visto? A gente tem visto que a mídia, as redes sociais e os movimentos dizem: “Não, nós não podemos aprovar o projeto de lei de licenciamento ambiental no nosso País porque ele é o projeto de lei da devastação”. A gente já parte do princípio de indicar que o projeto de lei não presta para absolutamente nada. Ora, pessoal, a gente não pode chegar nesse extremo, nesse debate extremo de que ou não presta ou presta. Nós precisamos chegar em um consenso para que esse processo possa evoluir dentro do Congresso Nacional, dentro do Senado, na Câmara dos Deputados, e para que isso possa gerar segurança jurídica para o empreendedor poder instalar os seus determinados empreendimentos com o devido controle ambiental. Porque o licenciamento ambiental é uma das fases, é um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente. Só que ele não é o único. A política nacional do meio ambiente, lá no seu art. 9, estabelece uma série de instrumentos, mas nós focamos no licenciamento ambiental. E não focamos no quê? Na fiscalização. Como o Ver. Oliboni falou, os maiores acidentes ambientais do País, Mariana, Brumadinho, e pouca gente fala dos maiores acidentes urbanos que aconteceram lá em Maceió, com o rebaixamento da cidade por conta da exploração de sal-gema dentro da cidade, eu falo com propriedade porque eu fui advogado desse caso, foram dentro desse modelo de processo de licenciamento, de um licenciamento trifásico, com todas as fases desse processo acontecendo. E o que faltou no processo? Faltou fiscalização. A fiscalização não ocorre. Então nós estamos focando muito numa medida que acaba acontecendo dentro do órgão ambiental, um movimento que acaba muitas vezes sendo cartorial e burocrático, de entrega de documentos, de estudos repetitivos, e que não acrescentam em nada na proteção ambiental. E a fiscalização, que deveria ser efetiva, forte, rigorosa, para punir efetivamente os degradadores ambientais, ela não acontece. Ela não acontece. Os órgãos ambientais estão mais preocupados em emitir autos de infração com supostas multas ambientais milionárias, para dizer que estão arrecadando. Quando a

gente cobra o órgão ambiental Ibama, tem um estudo da Controladoria-Geral da União em que o Ibama cobra aproximadamente 5% das multas. Então, é bonito botar na estatística que “ah, cobramos, emitimos R\$ 5 bilhões de autos de infração”. E quanto foi arrecadado? Cinco por cento. Não está certo. Não é arrecadado por quê? Por que não entra nos cofres públicos? Porque não tem estrutura dentro do órgão ambiental, porque os autos de infração prescrevem, porque não tem capacidade de fazer todo esse processo dentro de um órgão ambiental que está deficitário. O Ibama, Fepam, SMAM, precisam ser reforçados justamente para isso, para que a gente possa passar de fase. E poder efetivamente levantar da simplificação, da otimização nos processos simplificados e exigir com rigorismo nos processos mais graves, que têm maior impacto dentro das nossas atividades potencialmente polidoras. Vejam, por exemplo, os ex-ministros de meio ambiente que emitiram uma carta contra o Projeto de Lei de Licenciamento Ambiental, emitiram uma carta criticando alguns pontos. E eu vou citar dois especialmente aqui, que nós, de qualquer forma, somos de alguma forma contra esses projetos. Por exemplo, licença ambiental estratégica, ou licença ambiental especial para empreendimentos estratégicos que ultrapassariam a fase de licenciamento ambiental. Ora, a gente não pode, sobre um argumento de estratégia, a qualquer governo que seja, estabelecer um processo que pule o licenciamento ambiental. Não pode. Isso aí não é uma questão estratégica, é uma questão ambiental e ela precisa ser controlada. Segunda questão, licença por adesão e compromisso, a licença automática, que todo mundo está dizendo, o cara vai lá e faz um protocolo e recebe automaticamente a licença. O Projeto de Lei de Licenciamento Ambiental está alcançando esse tipo de licença para as atividades de médio impacto. O STF já decidiu, e decidiu isso inclusive na ação direta de inconstitucionalidade aqui do Estado do Rio Grande do Sul, que atividades que são licenciadas por adesão e compromisso, por licença automática, devem ser licenciadas atividades de pequeno potencial de impacto ambiental. Ou seja, não adianta a gente levar essa discussão para a lei federal, sabendo que ali na frente isso vai ser judicializado e já tem uma jurisprudência do STF dizendo que atividades que devem ser feitas

por adesão e compromisso são as de pequeno impacto ambiental. Então para que também forçar uma barra levando processos de licenciamento de uma forma desnecessária? A gente pode fazer consenso. Precisamos, sim, ter unicidade nos processos de licenciamento ambiental. Precisamos, sim, sem dúvida nenhuma, quem trabalha com direito ambiental, quem trabalha na área ambiental com seriedade, sabe que nós precisamos de uma lei geral de licenciamento ambiental. Porque, no Brasil, o sistema regulatório de licença ambiental é baseado em uma resolução de um órgão ambiental estratégico competente ao Conama, mas que não tem a capacidade de unificar esse procedimento de licenciamento. É uma resolução que está estipulada desde 1997, e nós precisamos de alguns avanços, sem dúvida nenhuma. E é dentro dessa perspectiva, senhoras e senhores, desse debate, dessa troca de informações, para que todos aqui, não só nesta mesa, todos que estão nos assistindo, prestem atenção nos recados que estão sendo dados, busquem a informação ambiental, para que a narrativa levada por determinados setores da sociedade não contamine a tomada de decisão dos deputados federais, dos senadores, dos vereadores, dos deputados estaduais. Porque a gente precisa de informação qualificada para tomar decisão, e a gente está tratando de ambiente e ambiente é coisa séria, não é uma situação que é tomada pela emoção, é uma situação pela razão. Porque, quando a gente trabalha com emoção, trabalha com paixão, a gente toma medidas, inclusive muitas vezes, que ultrapassam a razoabilidade. Nós precisamos de um debate sério, e eu espero que a gente consiga se informar e que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, através da sua Comissão de Saúde do Meio Ambiente, possa ser um veículo de transmissão das informações para toda a sociedade. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): *O.k., muito obrigado, Dr. Alexandre. Vou passar então a palavra agora para o nosso convidado, Paulo Brack, professor universitário, militante socioambiental e vereador suplente aqui*

desta Casa. É contigo, o senhor tem 15 minutos. O Sr. Paulo Brack está com a palavra.

SR. PAULO BRACK: Então, bom dia, Ver.^a Tanise; Ver.^a Cláudia; Ver. Gringo; Ver. Oliboni também, que também me sugeriu que eu viesse, muito obrigado aqui; Hamilton também, vereador; e aqui o Artur, o Alexandre, aqui o Jadson e todos que estão nos assistindo. Bom, eu quero ser bem breve nas minhas apresentações de *slides* e seguir o debate que está muito interessante aqui, os assuntos de resíduos, a questão do licenciamento é bem bacana.

(Procede-se à apresentação.)

SR. PAULO BRACK: Mas eu trago aqui algumas questões mais da minha área. Eu sou biólogo, tenho mestrado em botânica e doutorado em ecologia e trago muito questões que muitas vezes são esquecidas da sociedade, porque falta educação ambiental, não é? Ver. Oliboni, não temos aqui um programa de educação ambiental em Porto Alegre, nem na gestão passada. Inclusive, biólogos que trabalhavam na SMAMUS foram deslocados para trabalhar na secretaria. Então, aconteceu o que, infelizmente, continua acontecendo, a ausência de um programa de educação ambiental, que pode tratar dessa questão dos resíduos, pode tratar das questões também de entender melhor o nosso cenário, de políticas, de legislação, enfim. Então eu trago aqui aqueles que não têm voz, pelo menos a parte botânica, que é a minha área. Então nós conseguimos – vou falar um pouco aqui, através do Conselho Municipal do Meio Ambiente, eu faço parte do Comam, mas infelizmente o Comam há mais de meio ano não se reúne. É muito grave o que está acontecendo, porque a [Lei Complementar nº 140, de 2011](#), que repassa, em grande parte, para atividades de pequeno impacto para os municípios, condiciona que os municípios tenham que ter um Conselho Municipal do Meio Ambiente com atividade regular, reuniões mensais, e desde novembro nós não temos mais reunião. As câmaras técnicas, em que eu participava também, vinham analisando empreendimentos,

alguns deles polêmicos, como o Arado e outros tantos que agora estão ali na Restinga, tem o Alphaville II, entre tantos empreendimentos que a gente vê que Porto Alegre, infelizmente, até com a possibilidade da mudança do Plano Diretor, para pior, infelizmente. Porque um conselho também do Plano Diretor, o CMDUA, está funcionando à revelia da lei, pois aqueles que foram eleitos, foram eleitos de uma forma que a justiça está considerando irregular. Então, infelizmente, o secretário Germano Bremm vem trazendo temas ambientais para um conselho e esquecendo de um outro conselho, que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que já atuou bastante, infelizmente, hoje está praticamente inativo. Isso até fez com que vereadores do nosso partido, eu faço parte do PSOL também, como vereador suplente, encaminhassem ao Ministério Público Estadual, na semana passada, um pedido para a suspensão das licenças, até que se regularize essa questão.

O Fundo Municipal do Meio Ambiente, que também é uma questão que, digamos, é condição para a existência do licenciamento municipal, também não está funcionando. Nós discutíamos lá os valores que iriam ser encaminhados para projetos interessantes, como projetos de reciclagem, projetos com abelhas silvestres, com frutas nativas. Nós tivemos muitos projetos por editais, mas isso tudo, a partir de 2017, foi cancelado. E esse fundo, que era discutido e aprovado pelo conselho, atualmente não vem se reunindo, nem a Câmara Técnica do Fundo.

Então, é uma calamidade a gestão ambiental de Porto Alegre, principalmente no que se refere ao favorecimento de grandes empresas, que vêm construindo, construindo sem parar, numa cidade que deveria pensar mais na qualidade de vida. Eu vou passar alguns *slides*, porque infelizmente não vai dar tempo.

(Procede-se à apresentação.)

SR. PAULO BRACK: Nós estamos numa situação em que os limites da natureza, principalmente com relação às mudanças climáticas, já estão sendo ultrapassados. Seis dos nove limites do planeta, através de um grupo de

pesquisadores de Estocolmo, verificando que nós, a questão de poluentes – aqui o Ver. Gringo já falou também na questão da água –, estamos com 27 agrotóxicos na nossa água de Porto Alegre. Infelizmente, não é só Porto Alegre, é uma situação que está se refletindo em vários municípios, porque a nossa agricultura, infelizmente, ainda é uma agricultura químico-dependente. E nós temos que pensar numa agricultura orgânica, agroecológica, inclusive em Porto Alegre, Ver. Oliboni, que a gente possa, talvez, trazer aqui, como em Florianópolis, a eliminação, uma área de exclusão de uso de agrotóxicos, porque nós não precisamos. Hoje, nós temos, na parte Sul, os Caminhos Rurais, enfim, tem uma série de produtores orgânicos, agroecológicos, que trabalham de uma maneira bastante interessante.

Bom, aqui nem vai dar tempo, mas a questão climática já está mais do que conhecida. Nós já estamos ultrapassando todos os limites no que se refere à temperatura do oceano, à temperatura da atmosfera, em todas as partes do planeta. Então, a situação é bastante grave. Tivemos, nos últimos 10 anos, os anos mais quentes da história, e isso não para de acontecer. E, infelizmente, nós vamos ter que repensar a economia, do ponto de vista de uma economia que tenha menos pegada de combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, também esteja mais aliada com os princípios da natureza.

Então, infelizmente, nós, aqui – gás de efeito estufa, o CO₂ – já tivemos uma subida de 50% desde o século XVIII até agora, e estamos com 421 ppm – partes por milhão. Infelizmente, as conferências... Teremos a conferência, a COP30, lá no Pará, neste ano, mas os países não entram em acordo. Inclusive agora, no G7, que era para tratar dos temas ambientais, os países se reuniram e deram apoio para Israel continuar, entre aspas, se defendendo.

É lamentável, porque verifiquemos a quantidade de gás de efeito estufa – sem falar nas pessoas que estão morrendo. Então, nós estamos tendo aí, em vez de enfrentarmos a guerra das mudanças climáticas, estamos criando mais guerra. E isso, do ponto de vista, é trágico e talvez a gente esteja perdendo a última oportunidade de salvar a vida no planeta.

O colapso climático é iminente. Tivemos, no ano passado, as enchentes. E a questão da Constituição Federal, que é maravilhosa, eu acho que ela tem que ser... Se a gente tivesse que colocar um quadro em casa, era importante colocar o quadro do art. 225 da Constituição Federal: preservar e restaurar os processos ecológicos, promover o manejo ecológico das espécies, preservar a diversidade biológica, as unidades de conservação – que, aqui em Porto Alegre, por exemplo, nós temos as unidades de conservação que estão praticamente abandonadas. Com exceção do Parque Morro do Osso, as outras estão sem gestão e numa situação bastante precária. No Rio Grande do Sul, nós temos 2,7% de unidades de conservação, é um dos estados com menor quantidade de unidades de conservação.

A questão do licenciamento ambiental, que o Alexandre já falou, depois nós podemos tratar também do assunto, que é bastante preocupante, porque essa simplificação do licenciamento tem que ter uma discussão que não teve com a academia, por exemplo. As universidades poderiam ter sugerido questões aí, a sociedade como um todo, e a gente foi pego de surpresa, simplesmente com uma intenção imediatista de só pensar numa economia que não vê o todo.

Infelizmente, esse PL nº 2.159/21 é uma calamidade. Poucas coisas são... Eu até concordo com o Alexandre, realmente, um tema ali, esse de regularização, é um tema até interessante, mas, no geral, é uma calamidade, me parece. A questão indígena, por exemplo, também, e esses projetos estratégicos.

E eu vou finalizar aqui, além de falar na educação ambiental, que está na Constituição, controle da poluição e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e a extinção de espécies. Aqui em Porto Alegre, na mesma sequência desse último inciso, o inc. VII, nós temos o art. 245 da Lei Orgânica de Porto Alegre. Ele veda que se provoque extinção de espécies, mas também define áreas de preservação permanente, as APPs, áreas onde existem espécies ameaçadas. Então, nós conseguimos aqui, a duras penas, no Comam, aprovar no ano passado uma resolução que define 80 espécies ameaçadas. E a situação também, depois eu vou falar sobre isso, mas eu gostaria de destacar a importância das funções

ecossistêmicas, também chamada de serviços ecossistêmicos, da vegetação natural. Nós temos em Porto Alegre pelo menos 13 mil hectares de matas, claro que algumas delas um pouco mais degradadas e em processo de perda bastante acelerada, mas dá para dizer que, entre 20%, alguma coisa assim, nós temos matas e uns 10% ainda de campos nativos. São áreas importantíssimas para o turismo, para as nascentes dos arroios, que devem ser preservadas. A regulação do clima depende da vegetação, então a gente tem que colocar isso como prioridade, a purificação do ar. A umidade relativa do ar hoje, nesses meses, na região central do Brasil, aquela parte vermelha lá, a umidade relativa do ar chega a menos de 20%, é uma umidade relativa de deserto. Por que isso? A vegetação do cerrado está desaparecendo, e, além disso, as nascentes do cerrado, a maior parte dos rios brasileiros, elas nascem naquela região central, mas elas estão desaparecendo. Então, nós estamos destruindo com a água, destruindo com a vegetação e também com a qualidade de vida das pessoas. A conservação do solo depende da vegetação. A vegetação mantém a infiltração da água do solo, da água que infiltra no solo e também a recarga dos aquíferos. Se a gente retirar essa vegetação, a gente vai ter menos recarga de aquífero, vamos ter menos água no subsolo e vamos ter mais escoamento da água através das chuvas. Essa água vai escoar rapidamente nos rios e vai causar mais enchentes. Então a vegetação é muito importante, nós não podemos ocupá-la como está ocorrendo agora.

Só para vocês terem uma ideia, já tem mais de 10 empreendimentos hoje, Minha Casa, Minha Vida, que estão ocupando justamente as áreas mais baratas da cidade, onde tem mato, onde tem nascente. Chácara das Nascentes é um deles, um empreendimento que está sendo colocado. A Prefeitura de Porto Alegre não pode aceitar construir empreendimentos em áreas que são justamente essas que têm as funções ecológicas mais importantes, onde tem espécies ameaçadas como bugio, como cedro, como, enfim, uma série de espécies que eu estudo. Infelizmente não vem sendo tratado, o licenciamento ambiental aqui é uma calamidade. Nós estamos protocolando vários documentos para o Ministério Público, já que nós não temos espaço dentro do Comam, a gente vai ter que

judicializar. Isso é muito ruim, nós não queremos judicializar, a gente quer ter espaço de debate com os órgãos públicos.

A proteção dos desastres naturais, a gente tem aqui os deslizamentos que ocorreram, principalmente, na bacia do Rio Taquari, Antas, a manutenção da biodiversidade, já falava aqui, a importância dos polinizadores, enfim, as plantas que são importantes também do ponto de vista medicinal, frutíferas. Nós temos em Porto Alegre mais de 50 espécies de frutas nativas que nascem na vegetação, principalmente florestal. A gente fez esse levantamento através do edital do Fundo Municipal do Meio Ambiente, isso em 2013. Fizemos uma cartilha, que teve todo um encaminhamento, acho que isso até começou com o Beto Moesch, depois, com o prefeito Fortunati, acabou ocorrendo essa situação que foi para nós muito importante. Nós queremos construir políticas públicas, mas está difícil hoje.

Bom, vamos rapidamente, são assuntos que eu gostaria de ter mais tempo, talvez até fazer um debate maior, um minicurso, alguma coisa... Eu, como professor, já estou com idade avançada, ficando idoso, antes de morrer, vou falar assim mesmo, eu quero fazer com que essas coisas... Porque eu entrei na Agapam há 45 anos, e eu disse, assim, vou fazer biologia, porque eu quero defender a natureza. Infelizmente, pessoal, naquela época, a gente tinha um pouco de esperança; hoje a gente está perdendo essa esperança. É muito triste, dá vontade, às vezes, de a gente até chorar, para ver o que está acontecendo nesse nosso Estado, nosso Município e no mundo inteiro, agora, em meio a guerras. Bom, rapidamente, alguns *slides*. Eu quero destacar os tipos de vegetação que nós temos no Estado, a diversidade é muito grande. Isso tem um estoque de plantas com multifuncionalidade, medicinais, alimentícias, madeira, fibras, etc. Isso tudo está sendo destruído, substituindo por soja, substituindo por eucalipto, monoculturas... Não é o que a natureza criou. A natureza precisa de diversidade.

Então, eu vou finalizar por aqui. Tem duas espécies de plantas que só ocorrem em Porto Alegre, que a gente está destacando, a gente está clamando para que o Município faça educação ambiental. Por favor, secretário Germano, faça

educação ambiental e diga a importância dessas 80 espécies de plantas e de animais silvestres, porque isso tudo faz parte da qualidade de vida. As pessoas precisam de biodiversidade, precisam de água, precisam de ar puro, e a gente vê situações como ocorreram no Parque Harmonia, que foi uma tristeza, que permitiram o corte de 432 árvores. A gente não quer mais essa situação. Que se reverta o modelo de ocupação da cidade e que se reconstitua o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com transparência, para que a gente possa continuar construindo políticas públicas e não mais verificando os retrocessos atuais. Muito obrigado pela oportunidade, fico depois à disposição para o debate.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigado. Vou passar a palavra agora para o Jackson Müller, biólogo – o senhor tem 15 minutos.

SR. JACKSON MÜLLER: Quero saudar de forma muito especial a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino; em seu nome, cumprimentar também o Ver. Gringo; Ver. Oliboni – vou dizer que estive com Jesus, hoje de manhã, e, para mim, é uma alegria tê-lo aqui –; Ver.^a Cláudia; também quero saudar ao Ver. Hamilton Sossmeier; o Paulo Brack, biólogo também, colega de profissão; Alexandre, pelo trabalho jurídico importante; Artur, nessa parte do resíduo sólido. E eu trouxe para debater aqui com os senhores alguns aspectos importantes. E eu vou pedir para assessoria auxiliar.

Esse bem não tem representação, apesar de ele ter direitos, a água não tem representação. E isso torna a sociedade, e aqui, em especial, a Câmara de Vereadores, um porta-voz importante desse recurso, porque o que nós vamos apresentar aqui faz parte de uma análise histórica de como nós, enquanto sociedade, pelo menos nos últimos 40 anos, estamos lidando com a questão da água na nossa região. Veja, Ver. Oliboni, o Rio Grande do Sul leva o seu nome na natureza, a natureza vai junto com o Estado. Chamamos o nosso Estado de Rio Grande do Sul, e isso deveria demonstrar, de certa forma, os cuidados que também deveríamos ter, Ver. Gringo, com esses recursos naturais.

O que a gente vem percebendo e ouvindo o debate dos demais, o Alexandre trazendo essa questão judicial e a questão legal, envolvendo um instrumento da política nacional de meio ambiente, o Artur trazendo a questão de um drama. Eu, particularmente, tenho uma vinculação muito grande com esse tema, por muitos anos trabalhei na questão, envolvendo reciclagem e organização cooperativa, associativa. É curioso, porque nós temos um circuito onde parece que a gente avança para trás, em vez de avançar para a frente. Então, dizer para vocês que a água tem alguns fundamentos, e eu queria aqui alertar a Câmara de Vereadores que, infelizmente, o Município não é parte do sistema de proteção das águas, ele é ou usuário ou representante, ele não tem voz na construção de mudanças políticas e legais importantes, até porque a Lei Estadual 10.350 é de 1994, e tem déficits horríveis, Ver. Gringo, que nós vamos ver aqui. Mas a água, como um bem ambiental, precisa ser gerida dentro de um contexto de gestão, por conta de toda a complexidade e influência que nós temos de vários setores da sociedade na sua qualidade, no seu uso. Por ser um bem público, a tutela cabe ao Estado, mas o Estado tem limitações, e Estado, não o Estado, o governo estadual, mas o Estado ente público, que tem a função de gerenciá-lo. E o bem econômico, se nós olharmos hoje um mapa do Rio Grande do Sul, a água tem dono. No Rio Grande do Sul, a água tem dono. E, por ter dono, ela está sendo devolvida com algumas questões que são fundamentais que a gente debata aqui. Como um valor econômico se associa à escassez dessa água, nós temos um compromisso fundamental de gerir e fazer a gestão desse bem de forma qualificada. Pode seguir.

Também, a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento, Ver. Hamilton. É a bacia. Mas nós não temos capacidade, hoje, institucional estruturada de forma a compreender os diversos componentes que atuam nessa unidade de planejamento. Os comitês têm função estratégica, mas não são ouvidos ou os recursos não vão para eles. E esse bem finito e vulnerável tem trazido algumas consequências importantes que nós vamos apresentar aqui. Essa gestão que nós buscamos, descentralizada e participativa da sociedade, é justamente para alertar os problemas com os quais nós temos que lidar hoje envolvendo a água.

E na legislação brasileira, o abastecimento humano, Ver. Gringo, é prioritário, em detrimento de todos os outros usos. Pode seguir, por favor.

Aqui eu trouxe um quadro que me parece muito oportuno a gente analisar, porque há um desconhecimento geral por parte da sociedade de como a água pode ser usada para abastecimento público na sua condição prioritária. Veja que a resolução do Conama que disciplina esse assunto é a 357, Ver. Gringo. Olha lá: ela estabelece cinco classes importantes, mas o abastecimento para consumo humano só vai até classe 3. Ou seja, quando a qualidade dessa água começa a ser comprometida, ela não serve mais para o uso convencional, para abastecimento público. E esse número, esse conjunto de informações é importante, porque na medida em que a água vai cumprindo funções e prestando serviços para a sociedade, na medida em que a sua qualidade vai piorando, ela vai perdendo essa capacidade de prestar esses serviços. Pode seguir.

Então, o que a gente tem? A gente tem uma classe especial que serve ao abastecimento doméstico sem prévio tratamento. Aquela água extraída de poço pode ser rapidamente consumida desde que avaliada a sua condição de qualidade. Ela é voltada exatamente às gerações futuras, essa água subterrânea que nós estamos usando. A classe 1 também precisa de um tratamento simplificado. A classe 2 já tem que passar por um tratamento convencional. A classe 3, esse tratamento convencional, já precisa ser qualificado. E a classe 4 não se presta ao abastecimento para as populações por conta do seu comprometimento. Pode seguir.

O Rio Grande do Sul está organizado em 25 unidades de planejamento regionais. O Estado, então, tem essa composição de diversas estruturas hidrográficas que compõem o sistema de gestão atual. Pode seguir.

Eu fiz um apanhado aqui e, em especial, eu queria trazer esse dado aos vereadores. Essa aqui é uma apresentação das estruturas, o infográfico que o DMAE apresenta sobre os pontos de captação de água em Porto Alegre. E ali, nas bolinhas verdes, Ver. Gringo, são os pontos onde a água é retirada do manancial de abastecimento. Então, nós temos, no quadro do lado, os principais rios que compõem a Região Metropolitana, destacando o Gravataí, o Sinos, o

Caí e o Jacuí. E aqui eu fiz um apanhado do que aconteceu com a qualidade da água desses rios de 2010 até 2023. A gente vê ali que tem uma classificação. Eu queria alertar, Ver.^a Tanise ali... (Problemas técnicos no som.) Mas nós temos uma condição tão ruim que foi preciso criar uma classe especial, que é da pior qualidade. Se nós analisarmos o quadro de Gravataí, de 2010 até 2013 e, depois, de 2015 até 2020, o cenário da pior classe, ou seja, uma classe que nem está no Conama, aumentou no Rio Gravataí, justamente no ponto onde a água chega para a captação de Porto Alegre. Pode seguir.

Da mesma forma, olhando no Rio Gravataí, parâmetros como os indicativos da qualidade do esgoto tratado, veja que a classe explode. Todas as condições mínimas naqueles pontos onde a água adentra no Guaíba, com níveis de coliformes extremamente elevados, demonstrando que a parte de saneamento fica muito aquém daquela condição mínima que nós já poderíamos ter atingido. Pode seguir.

Aqui o Rio Gravataí, em 2023, com padrões elevadíssimos, fora da classe que o Conama prevê para abastecimento público. Pode seguir. No Sinos, a condição é terrível, da mesma forma que o Gravataí, é um rio que chega na Região Metropolitana degradado, comprometido, com oxigênio dissolvido praticamente próximo a zero, naqueles pontos onde deveria sustentar uma biodiversidade importante; o rio servindo como nascedouro, como local de manutenção da biodiversidade. Pode seguir.

Aqui também os coliformes fecais elevadíssimos de 2010 a 2019. Pode seguir. De 2023, níveis elevados, fugindo da classe, da categoria definida para abastecimento público no Conama 357. Pode seguir. O Caí, que é outro contribuinte dessa região, também tem períodos onde os parâmetros do Conama são extremamente elevados e comprometem a sua qualidade. Pode seguir.

Aqui, um mapa dos principais pontos das bacias que compõem a do Guaíba, onde esses parâmetros avaliados no Conama explodem a classe 3 e vão para a classe que nem enquadramento tem, de tão ruim que são, demonstrando exatamente a precariedade com a qual essa água chega em pontos importantes, estratégicos, dentro do Guaíba. Do Sinos, onde eu conheço mais, onde eu moro

e trabalhei durante tantos anos, queria passar rapidamente aos senhores só para mostrar um quadro importante – essa aqui é uma região no município de Caraá, onde o processo de desenvolvimento vem crescendo cada vez mais, a sociedade avança para as nascentes dos rios, que deveriam ser locais protegidos na sua composição ambiental de floresta, de fauna, de biodiversidade, mas estamos fazendo especulação imobiliária nesses pontos. O rio do Sinos, um rio muito importante para a Região Metropolitana, essa foto aqui ilustra bem, quando você junta aqueles componentes naturais de água, atmosfera e biodiversidade, um local que demonstra a importância da relação do rio para sustentar toda a tipologia de vida que nós temos associado às necessidades do uso da água. E na medida que esse rio vem descendo, percorrendo a bacia, se aproximando dos núcleos urbanos, as intervenções humanas vão aumentando, temos um contingente de plantio irrigado muito grande, desde Caraá até Taquara, Santo Antônio da Patrulha. Esse processo de uso da água envolve a sua contenção em quantidade, depois alteração em qualidade, com barramentos e grandes lavouras de arroz, atendendo essa parte alta e média da bacia do rio do Sinos. Esse processo de uso da água gerou uma série de conflitos no passado; esses conflitos se ampliaram, gerando inclusive a seca no rio por conta desses usos exagerados, sem controle, sem planejamento, todo mundo quer pegar água, mas tem água para todo mundo? Essa é a pergunta que em 2005 foi respondida. Não tinha água para todos os usos na sociedade, isso gerou problemas muito sérios, com perdas importantes na qualidade e na biodiversidade. Esse rio, ele vem sofrendo, assim como a maior parte dos rios gaúchos, um processo de apropriação onde parece que a água não tem importância para a sociedade, ela vai passando e quando passa ela é esquecida, sem levar em consideração os efeitos que ela gera numa sociedade como a nossa. O resultado prático disso é uma sociedade completamente desinteressada nesse assunto, que carece de uma estimulação importante de educação e de formas de consciência múltipla que possam atingir todos os setores. Essa água que nós sujamos é a mesma que nós vamos beber mais ali na frente. O resultado prático de um país como o nosso é a completa falta de

investimentos em saneamento, é escasso – aqui é a foz do arroio João Corrêa, em São Leopoldo, para mostrar a distinção entre a água barrenta dos Sinos e aquilo que a sociedade despeja no rio, ainda carecendo de uma mudança cultural e de investimentos maciços para mudar isso. O resultado disso foi uma tragédia sem precedentes do ponto de vista ambiental, num rio moribundo. Em 2006 nós tivemos um ensinamento que deveria ter sido assimilado pela sociedade, mas parece que ele foi rapidamente esquecido: por 15 quilômetros de rio tivemos um efeito destruidor no período da Piracema, quando as espécies de peixe sobem o Sinos para reprodução, chegaram nesse trecho poluído e contaminado, sem oxigênio, morrendo 98 toneladas de peixe. Isso aqui é o Rio do Sinos, isso aqui é no pesqueiro do Parque Zoológico, em Sapucaia do Sul, e essa foto eu tirei às 7 horas, Ver. Gringo, numa dificuldade monstruosa de sem saber para que lado a gente ia, por conta desse volume absurdo de peixe morto e que na verdade demonstra aquilo que a sociedade humana é capaz de fazer quando olha para o mal. A nossa capacidade humana é muito maior do que essa para construir soluções, mas nós chegamos ao absurdo de ver um rio moribundo, uma tragédia sem precedentes, que mobilizou a sociedade gaúcha, nacional, senão planetária, para lidar com os problemas do rio, alertar para as consequências disso. O que matou esses peixes? A tragédia era tão grande que nós tínhamos que empurrar os peixes mortos para a margem, para recolher toneladas desses seres que buscavam a vida no período da reprodução, tirando-os com o auxílio das retroescavadeiras das prefeituras, levando para um aterro licenciado que não tinha na região, Burmann. A situação era dramática para lidar com uma condição que nós não estávamos preparados; parece que tem sido uma sequência de eventos, onde a sociedade gaúcha não se preparou para lidar, não é, vereadora, e parece que isso tende a aumentar. O resultado dessas tragédias que o Rio Grande do Sul vive nos seus rios, parece que não consegue nos ensinar a mudar o comportamento porque aquilo que nós despejamos na água vai ser levado para as torneiras logo ali na frente, por conta de que esse modelo está equivocado. A prática tem mostrado que a mudança de comportamento nessa área é muito demorada, ela resiste quando a sociedade

não faz um clamor direcionado e comum para mudar as consequências desse modelo que vem deixando situações muito graves e passivos, difíceis de serem equacionados. Os eventos que nós registramos... Eu quero alertar os vereadores, essas fotos saíram da minha máquina, eu estava lá, eu não peguei da internet, não copiei de ninguém, essas fotos mostram o processo histórico de destruição e de descaso que vem junto com a variável ambiental. É muito bonito a gente falar e debater; é muito difícil porque as coisas não têm continuidade, não é prioridade de governo, nós vamos investir na escola de samba em vez de fazer saneamento no Rio Grande do Sul. E vejam, senhores, esses fatos se repetem nesse momento em que nós estamos sentados aqui debatendo sobre esse assunto, pelo menos desde 2011. E está igual como estava em 2011. Nós não avançamos. Esse é o Sinos, que quando chega na sua foz, no delta do Jacuí, chega com uma classe completamente superior àquela que acontece para abastecimento e sustentação da biodiversidade num rio tão importante como esse. No Gravataí não é diferente, é um rio que nasce numa planície, dentro de um banhado magnífico, rico em biodiversidade, que vem sofrendo também efeitos devastadores do ponto de vista das ações humanas. O uso de agrotóxico é escancarado com aviação aplicando veneno, que pode derivar, esse veneno saindo do controle, vai atingir a vegetação ciliar, vai matar tudo que tem nas laterais, causando um impacto na perda de biodiversidade, de funções ambientais importantes que o rio exerce. O resultado é devastador porque atinge, de forma descontrolada, ambientes que deveriam ser efetivamente protegidos; isso demonstra como a sociedade ainda, enquanto que nós estamos debatendo, ela tem um outro comportamento que impacta, que degrada, que destrói e que não é visto por grande parte da sociedade. A captação da água, que é o resultado prático disso – eu queria mostrar a tragédia que nós estamos vivendo com o lixo, parece que a sociedade não se preocupa, é fácil botar para o caminhão levar embora, o caminhão é a pedagogia do leva para outro lugar, e aí a gente não resolve os problemas, porque não vê para onde eles vão. Este aqui é um rio que sai de Porto Alegre e vai desaguar ali no Gravataí, só ficou retido esse lixo aí, vereador, porque a ponte caiu, e, quando ela caiu, ela trancou

a lixarada toda que chegaria ao Gravataí. É dramático nós vemos como a sociedade se comporta, porque, na medida em que atira tudo isso dentro do rio, parece que ficou resolvido o problema do impacto mais imediato, visual. E essa questão do saneamento tem impactos devastadores na vida em sociedade, porque essa água carregada com os contaminantes vai parar numa torneira. E este é o rio que deságua ali em cima, ali pertinho de onde a gente está agora. Pode seguir, pode seguir, vamos adiante. Como chega a água no final do Gravataí? Fora de classe, numa condição completamente precária, fora dos padrões de potabilidade, carregada de contaminantes, agrotóxicos, resíduos de todo tipo. No Caí, não é diferente – apesar dos três rios mais poluídos do Brasil –, esse é o que ainda tem uma condição relativamente boa, é um rio que tem uma qualidade, lá mais perto das regiões altas, ainda boa, transparente, com qualidade dentro dos padrões do Conama, mas, na medida em que vem descendo e se aproximando do Delta, recebe efluente industrial, recebe resíduos do polo petroquímico e vai atingir o Delta do Jacuí numa condição muito precária, com detergentes, com espumas, com contaminantes de todo tipo. Mesmo que a gente faça um trabalho pelo Instituto de Ecologia no sentido de monitorar esses lugares, ainda há muito por fazer dentro dessa condição fundamental. Há essa crise da qualidade, eu queria trazer esse fato de forma muito veemente nesse debate aqui do conselho, porque veja só, nós estamos numa sociedade onde a saúde humana tem uma série de fatores que influenciam dentro da sua saúde e da sua condição como um todo, tanto que nós falamos de vigilância em saúde hoje. Nós temos a questão dos aspectos físicos envolvendo os climáticos, ruído, radiação, luminosidade, energia de todo tipo; nós temos os fatores químicos, e com esse a gente tem uma preocupação em especial, por conta da presença de um grande consumo de agrotóxicos no nosso País – a nossa cultura é do uso do veneno; o uso de drogas, fumo, aditivos alimentares, poeira, produtos inflamáveis, solventes, metais pesados, tudo isso entra nesse coquetel complexo de poluentes. Nós temos os efeitos biológicos, passamos por uma pandemia recente; entram bactérias, vírus, parasitas, vetores de todo tipo; e nós temos os problemas psicossociais, que emergem dessa questão da doença do trabalho,

das relações humanas, de situações de risco, situações perigosas, estresse. Então, o ser humano não pode ser dissociado dessa visão integrada de todos esses componentes que atuam sobre a saúde dele. E, dentro dessa questão, a cadeia ambiente/saúde hoje é muito clara, nós não precisamos discutir mais quais são as verdadeiras influências do ambiente na saúde das pessoas, nós já sabemos que essas pressões causadas pelas emissões de todo tipo chegam na água, no ar, nos alimentos, no solo, e essa exposição com a qual nós somos vinculados na nossa vida em sociedade traz efeitos devastadores para a saúde humana, porque essa exposição vai gerar doses que nós vamos absorver todos os dias, seja pela água, seja pelo ar, seja pelo consumo de alimentos. Nós estamos tendo efeitos que nós não estamos medindo, temos uma incapacidade de perceber esses efeitos mais graves sobre a saúde humana, até porque os diagnósticos que são feitos de todas essas variáveis ainda são muito precários, é muito simplista ainda.

Eu trouxe para os senhores aqui uma linha de investigação que dá conta dessa questão dos contaminantes emergentes, que ainda não é bem compreendida por parte da sociedade, nós não temos muita pesquisa ainda voltada a essa parte, mas é dos efeitos dessas substâncias, dos fármacos, como antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, drogas psiquiátricas, reguladores, bloqueadores, todas as substâncias que atuam dentro da nossa vida em sociedade com o crescimento do uso desses fármacos por parte da sociedade humana. Nesses, também entram os esteroides, os hormônios, os produtos de uso pessoal. Vejam os senhores vereadores e as senhoras vereadoras, o Brasil é o terceiro maior consumidor de produtos de limpeza do mundo, e para onde vai isso sem um tratamento adequado? Cosméticos, repelentes, protetores, fragrâncias, antissépticos, surfactantes que estão em diversos produtos de origem industrial, que são utilizados pela indústria, retardantes, agentes e aditivos industriais de todos os tipos, aditivos de gasolina, na fabricação de plásticos, todos esses contaminantes emergentes, eles não estão nas normas de monitoramento da potabilidade da água para consumo humano.

É muito importante a gente destacar esses aspectos dentro de uma sociedade como a nossa. Eu trouxe aqui, rapidamente, só para a gente analisar como todas essas atividades impactam nas águas superficiais, seja tratando ou seja não tratando, de que forma isso volta para o consumo humano dentro da nossa sociedade dinâmica, que pouco se preocupa com isso ainda.

Aqui, eu trouxe um apanhado da legislação, só para alertar os vereadores, nós não temos uma normativa em nenhum estado brasileiro que discipline a investigação sobre o uso desses contaminantes emergentes, nós tratamos de um conjunto de substâncias em geral sem que esse tema seja aprofundado como a prudência recomenda. Vamos passar rapidamente por isso, sem adentrar.

Vejam que Porto Alegre já aparece no cenário nacional de pesquisas da presença de cafeína na água de consumo humano há muitos anos – o primeiro colocado foi Porto Alegre, de todas as 20 capitais estudadas. A relevância disso, dessa questão da toxicologia na água de consumo, vários artigos alertam para a importância de que a gente se preocupe efetivamente com isso. A água é um bem que precisa sofrer um processo de gestão responsável, qualificada, com muitos atores participando. É importante que a gente perceba que esses alertas vêm sendo feitos há muito tempo, a questão da presença da farmacêutica na água potável precisa ser melhor compreendida.

Vejam aqui uma pesquisa que foi feita pela Universidade de Santa Catarina, agora em fevereiro deste ano: foram encontrados 35 contaminantes emergentes na Lagoa da Conceição, inclusive cocaína. Vejam que essas substâncias podem atuar como emuladores do sistema orgânico humano, alterando a fisiologia. E nós temos a presença dessas substâncias ainda desconhecidas na água de consumo humano, muito menos na água de superfície dos mananciais do Rio Grande do Sul. Então é fundamental que a gente perceba nessa discussão como os temas que trazemos aqui são temas relevantes para discutir a questão do resíduo, os seus impactos na vida em sociedade, como nós podemos melhorar e atuar enquanto agentes públicos ou como sociedade para cuidar dessas coisas. E veja, eu queria só alertar os vereadores, porque existe um gigantesco

corpo de evidência sobre o papel da exposição a pesticidas em doenças humanas como câncer, Alzheimer, Parkinson, esclerose, asma, bronquite, infertilidade. É um gigantesco arsenal de informações, mas a sociedade, infelizmente, não está tendo acesso, Ver. Gringo. É fundamental alertar que essas desordens que nós estamos vivendo em sociedade hoje, com doenças precoces atingindo crianças, idosos, pessoas de meia-idade, podem ter a sua origem vinculada a essas substâncias presentes na água de consumo humano. É fundamental que esses elementos sejam estudados, avaliados, onde a sociedade possa se apropriar dessa informação, por conta, exatamente... Aqui tem um vídeo que eu recomendo que todos assistam: “O veneno está na mesa”, 1 e 2, está no YouTube, é só assistir, vale a pena. A exposição e a bioacumulação podem estar associadas a uma série de eventos que envolvem hoje a sociedade brasileira por conta da falta de estudos qualificados sobre isso. É fundamental que a gente, enquanto representante da sociedade, se dê conta da complexidade desse assunto numa vida em sociedade como a nossa. Essa exposição a venenos, e veja, nós temos veneno no Sinos, nós temos veneno no Caí, nós temos veneno em todo o estado do Rio Grande do Sul, sem que um estudo aprofundado seja feito, permanente, não a cada quatro anos começando do zero, mas que ele tenha vinculação permanente na sociedade. Estou finalizando. Quero agradecer mais uma vez pela oportunidade e me colocar à disposição para ajudar naquilo que for preciso. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok., muito obrigada pela explanação. Todos da Mesa já fizeram uso da palavra. Então, vou abrir aqui para a plateia. José, tem algum inscrito? (Pausa.) Com a palavra o Sr. Roberto Jakubaszko.

SR. ROBERTO JAKUBASZKO: Bom dia a todos. Meu nome é Jakubaszko, estou prefeito do Parque Farroupilha, mas, na verdade, nós temos um conselho de usuários há 53 anos, criado pela sociedade civil, que tem como propósito exatamente o computar das falas dos senhores e das senhoras. Bom, é tanta

informação, é tanto insumo que a gente até fica atrapalhado, a gente fica confuso, não sabe o que vai fazer, se se atira pela janela ou se sai em busca de alguém que nós possamos responsabilizar, enfim. Mas há um tripé nisso aí tudo, que se chama Parlamento, Judiciário e Executivo; esse é um conceito que nós temos que trabalhar com essa forma geométrica aí, que é muito complexa. Esta Casa faz leis, mas nem todos os componentes desta Casa fiscalizam a lei. Então, eu pediria encarecidamente que os nobres vereadores assim o fizessem na sua plenitude. Isso vale para a Assembleia, para a Câmara Federal, e, se não fizer, fiscalizem, cobrem do Executivo; se o Executivo não fizer, acione, vamos judicializar, vamos trancar tudo no País para tentar resolver. Porque, senão, muitos daqui presentes não terão amanhã. Eu sou um guri novo, tenho 75, estou meio aqui na minha, mas muita gente não vai chegar na semana que vem. Então, o que a gente faz num momento desse? O Parque Farroupilha, que hoje tem esse nome graças a esta Casa, porque era Campos da Redenção, Campos da Várzea, mas que chamamos carinhosamente, há 218 anos, como Redenção. Aquilo era um campo, era uma várzea, não tinha um vegetal. E tinha mil e tantos olhos de água nascentes. Hoje, se eu encontrar uma lá dentro, talvez na forma de torneira, é muito. A culpa é nossa. Então, o que a gente pode fazer? Eu gostaria de sugerir, talvez falte dinheiro, o governo vai dizer, ou os governos, seja a nível federal, estadual ou municipal digam isso, que não têm dinheiro, mas, gente, vamos começar pela parte aqui: se as câmaras municipais, as assembleias legislativas e a Câmara Federal pegassem parte de verbas vultuosas que adentram esses recintos, em um ano, somado no Brasil, se vocês fossem gentis, talvez resolvesse boa parte desse problema que nós temos no mundo. Eu saio daqui confuso, feliz, quero agradecer à COSMAM pelo trabalho que está realizando, mas saio com um pouco dessa culpa também, como cidadão. Mas acho que a maior parte dessa culpa não é minha. Então, não basta dizer: talvez se fizer assim ou assado, a coisa vai funcionar, tem que realmente provocar a realização, o acontecimento. Vamos fazer isso, vamos cobrar, vamos fiscalizar, e, se não der certo, vamos judicializar, pois alguma coisa tem que acontecer. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Tem mais algum inscrito da plateia? Não? Então, nesse momento, passo para as considerações aqui da Mesa. Com a palavra o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, primeiro, parabenizar à COSMAM pelo início de um debate que, para nós, é caro e fundamental. Se por um lado, a gente percebeu hoje, com os nossos palestrantes, a nossa indignação, por outro lado, é uma dor no coração de ver tudo isso. Descumprimento de leis, apenas 1% do lixo reciclável, leis constitucionais não cumpridas, principalmente o art. 225, que o Paulo falou aqui. A situação da água, onde me parece claro e preciso que todo mundo joga de tudo nos seus afluentes, que acaba vindo no Guaíba e que, por sua vez, não se sabe que tipo de qualidade de água estamos bebendo. O Poder Público Municipal, eu diria, independentemente de que hoje é um governo que exerce, mas isso vem de longa data, descumprimento de leis, desconsideração do controle social através dos conselhos, que pode, de certa forma, não só frear a vontade política do empreendedorismo de não cumprimento das leis. Cara, é lamentável! A gente se sente muito pequeno diante desse dragão que está na nossa frente e que acaba atingindo todo o cidadão de bem, o cidadão comum. E nós somos cobrados, inclusive, no dia a dia por eles e, muitas vezes, também nos sentimos muito pequenos diante do que o Poder Público, quando privatiza, terceiriza, tira o controle de si, porque a água é um bem humano, um bem público, como foi colocado aqui. A questão da preservação do meio ambiente, que está na saúde do cidadão e que por sua vez não tem norte, direção, nesse sentido. Então, eu quero só expressar também aqui a minha indignação, mas a motivação de continuarmos batendo e se contrapondo a essa política desleal e desestruturada. Parece que é proposital quando querem, no caso do Estado, privatizar a CEEE, privatizar a Corsan, e em Porto Alegre não é diferente. Me desculpem, mas privatizar a água? Jamais concordaria. Ah, é uma concessão. Uma concessão, mas o que é bom fica para o privado e o que é mais difícil fica para o Poder Público, sempre alegando falta

de recursos. Então, nesse dia e nesse mês tão importante aqui, trazido para o conjunto dos vereadores, a Câmara de Vereadores, com pessoas preparadas para tal e acompanhadas aqui pela COSMAM, parabênizo aí a nossa presidente pelo debate profícuo de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Vou passar a palavra para o Ver. Gilvani O Gringo.

VEREADOR GILVANI O GRINGO: Quero agradecer aqui ao Jackson Müller, pela explanação, e a todos os convidados, ao Oliboni, à Tanise, à Cláudia Araújo. Eu, dentro de toda essa minha experiência de vida, com tudo isso que o Jackson explanou aí de forma mais técnica e clara – somos gigantes. Eu falo hoje de vereador, vereador do povo. Hoje a gente fala aqui, claramente, identifica e entrega para a população tudo isso que eles vêm sofrendo hoje, lotando hospitais, a gente sofrendo com o dia a dia, faltando trabalho, porque, às vezes, a gente não sabe o que está tendo, um mal-estar, uma variável na nossa saúde. Eu não vou falar uma bomba, mas isso é gravíssimo, o que a nossa saúde está passando, a população não só de Porto Alegre, que eu falo que Porto Alegre está sofrendo com toda essa centralização de contaminação que está chegando aqui no Guaíba, onde são captadas as águas. Pode ver que os padrões de tratabilidade não atendem mais a necessidade do que é importante para chegar uma água de qualidade na vida das pessoas. Então, é de muita coragem falar desse tema e entregar para a população que o gosto da água, aquele cheiro ruim, aquele mal-estar... Ah, mas eu não bebo, mas está aqui na pele. Muitas vezes dizem que um creme vai te curar, quer dizer que a água contaminada não vai te afetar. Vai afetar sim e vem afetando. Então, aqui nasce... Eu falo que a voz para proteger as pessoas, a gente tem que levantar essa bandeira e lutar. Cada vez mais vão gastar com hospitais, hospitais lotados, UPAs lotadas. E aqui nasce, e posso dizer que 70% da saúde pode ter grande mudança quando mudar essa água que é entregue para a população. É lógico, tem um trabalho grande, um trabalho com prazo, tem que ser feito lá nos mananciais, a área industrial, os

lançamentos fora de padrão, que nem o Jackson explicou, está aqui a prova. Esse acidente que deu aqui, nesse rio - e não quero me prolongar muito -, foi lançamento de chorume. Eu identifiquei o Município de Porto Alegre, região metropolitana, lá no Gravataí, a própria Corsan. A Corsan, é uma denúncia que eu faço aqui, tem um negócio lançado contra mim aí e estão achando que eu vou ficar quieto e vou lançar na rede. A Corsan recebe hoje milhares de toneladas de produto altamente cancerígeno e estão lançando lá em Canoas, sem um tratamento adequado e está vindo aqui no Guaíba, está contribuindo aqui. Aqui em Porto Alegre tem aterro onde está sendo lançado o chorume, está vindo aqui para o Guaíba. Então, é importante que Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul, a população, se una a essa causa. Aqui, essa bandeira que está sendo levantada de muita coragem, a gente começar a brigar por essa mudança. Chega de tirar proveito e fazer o povo engolir a tudo ou nada e que se ferre a saúde, que se ferre a vida dos outros pelo interesse e pela ganância de ganhar. É isso que estou brigando aqui; é isso que venho trazer aqui. E vou ser verdadeiro, transparente e com muita coragem de levar essa bandeira em frente. Obrigado, Jackson Müller, obrigado, Ver.^a Tanise.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, vereador. Vou passar a palavra para a Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Primeiro, agradecer aos nossos palestrantes, o Alexandre Burmann, mestre especialista em direito ambiental. Já conheço, já fez um seminário conosco e sempre trazendo muita informação importante; o Artur da Igapó também, muito obrigada pela presença; o Paulo Brack, nosso professor, colega suplente e vereador também; Jackson Müller, biólogo, muito obrigada. Realmente, as imagens que o senhor traz são impactantes. Nós sabemos que a gente precisa falar muito sobre isso, e não é só falar, como o senhor disse, é agir, trabalhar cada vez mais para que a gente possa mudar essas realidades.

Eu tenho alguns encaminhamentos, mas, antes dos encaminhamentos, só queria trazer algumas informações que acho que é importante ficar registrado, porque, senão, tudo fica muito vago. O professor Paulo Brack falou com relação ao Harmonia, de 400 árvores que foram autorizadas, mas não foram retiradas; 103 árvores foram retiradas e, destas, 40 estavam condenadas. Então, é importante a gente trazer essa informação porque parece que a coisa é gigante e que o interesse da gestão é destruir o planeta, e, a princípio, não é isso. Então é importante trazer isso.

Eu queria, presidente, trazer como encaminhamento que acho que as coisas têm que começar pela casa da gente. Acho que foi o Alexandre ou alguém que falou sobre isso, que a gente não consegue fazer isso na nossa casa, a gente não consegue separar o nosso resíduo dentro da nossa casa. As pessoas dizem: Isso aqui está sujo de molho, eu boto no orgânico ou eu boto no seco? Ah, isso aqui eu tenho que lavar para poder botar no reciclável. Então, tem muita desinformação. Mas acho que a gente precisa começar pela nossa casa. E a nossa casa, depois do nosso lar, é aqui na Câmara de Vereadores. Então, queria deixar que a Câmara fizesse um encaminhamento para a Mesa Diretora para que fizéssemos a colocação de uma composteira na Câmara, que a gente não tem, e que fizéssemos esse encaminhamento enquanto Comissão de Saúde para que pudéssemos implantar uma composteira, porque temos muitos resíduos nos gabinetes que são diariamente encaminhados. E aí eu trago outra proposta que acho que tem que estar junto disso, que é a capacitação dos profissionais que trabalham na limpeza da casa. Temos lixeiras separadas por cor, mas que, quando chega na hora de fazer o descarte, os produtos são misturados. E eu canso de ver isso, e isso me dói na alma. E não é por maldade, é por desinformação, por não ter a capacitação necessária para fazer a separação. Acho que nós, enquanto Câmara, aqui, Comissão, precisamos fazer um encaminhamento para a Mesa de capacitação dos profissionais que trabalham na limpeza, quanto à sustentabilidade, à composteira, e também às bituqueiras, porque temos um local que é o fumódromo e que tem alguns lugares, alguns vasos com terra, mas nós temos as bituqueiras. E as bituqueiras, que são

baratas, que, para a Câmara, não vão trazer um impacto grande, elas podem ser... Tem empresas já, sei que em São Paulo tem, não sei se aqui nós temos também, a gente teria que ver, mas que fazem a coleta e fazem a transformação das bituqueiras em papel. Então, eu acho que aí a gente está falando de sustentabilidade. São três informações que acho que a Comissão pode levar para a Mesa para que possamos implementar na Câmara de Vereadores. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu só queria tentar contribuir com o encaminhamento. O primeiro é que a Prefeitura consiga, através da SMED, voltar à questão da educação ambiental nas escolas, que pode ser um dos encaminhamentos aqui. A outra é que essa ata chegue ao prefeito e ao secretário Germano Bremm.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para contribuir com o Ver. Oliboni, há uns três, quatro anos, na outra gestão, eu fiz um encaminhamento para que nós incluíssemos na grade curricular a educação ambiental; e não passou na CCJ. Agora, eu reencaminhei, então, já tem um pedido. Posso abrir depois para os vereadores que queiram ser coautores também. Mas acho que é muito importante que nós tenhamos educação ambiental nas escolas. Começa pelas nossas crianças, que são o nosso futuro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Onde a gente puder levar essa informação, acho que é bem importante.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok. Isso. Aos nossos convidados, palestrantes, alguém gostaria de deixar alguma sugestão, encaminhamento, uma consideração final? Fique à vontade.

SR. PAULO BRACK: Primeiro, gostaria de agradecer mais uma vez aqui à COSMAM. Não é a primeira vez que eu venho, e a gente quer sempre contribuir e agradecer muito essas iniciativas. Eu trago aqui duas propostas. Uma delas é solicitar para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente que retome a efetividade do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que não vem se reunindo. Isso vai causar problemas bastante importantes dentro da própria Prefeitura. Segundo, como já foi falado aqui, quem sabe a COSMAM poderia encaminhar uma proposta para a gestão, para a presidência da Câmara, de plantar árvores nativas de Porto Alegre aqui. Nós temos 181 espécies de árvores nativas em Porto Alegre. Elas estão muito pouco representadas na arborização. Quem sabe a gente pode até depois contribuir, indicar algumas espécies para plantarmos nessas áreas, se eventualmente algumas foram cortadas, mas que pudéssemos enriquecer com plantas nativas de Porto Alegre, já que estamos numa Câmara Municipal de Porto Alegre. E essa nossa arborização... Hoje até reconhecemos que o viveiro municipal foi retomado e está fazendo um bom trabalho o gestor atual. Acho que muitas mudas já estão sendo produzidas no viveiro municipal, isso é um ponto importante de ser destacado. Agradeço muito aqui a todos, palestrantes e vereadores, pela oportunidade. Ficamos à disposição para as próximas.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. Jackson?

SR. JACKSON MÜLLER: Estão ouvindo? É isso aí. Eu só gostaria de sugerir, no sentido de que nós vivemos na era da informação, que esta Casa Legislativa trabalhasse para disponibilizar, com todo o conjunto de informações hoje que não chegam na sociedade, um painel sobre a qualidade das águas, dos rios de Porto Alegre, dos rios metropolitanos, que nós possamos ter um local de acesso

facilitado a essa informação para uso da sociedade. Uma sociedade sensibilizada, informada, educada, certamente vai se posicionar de maneira diferente na medida em que conhecer os riscos e os conflitos que isso traz no seu cotidiano. Junto com o Poder Executivo, municipal, estadual, um painel sobre as águas que ilustre a dimensão que nós estamos vivendo, os desafios que isso representa. E, de certa forma, a sociedade sensibilizada e informada pode exigir a continuidade das políticas públicas que, a cada quatro anos, começam do zero, esquecendo o passado, esquecendo a informação, esquecendo a educação que existe atrás disso. Então, se esta Casa puder trabalhar efetivamente para compilar as informações e disponibilizar um painel sobre as águas do Rio Grande do Sul, me parece muito oportuno.

SR. ARTUR FERRARI: Trazendo alguns pontos quanto à fala da separação dos resíduos, por exemplo, acho que são dois. Acabei de ver que tem ali duas lixeiras, mas a gente não tem a comunicação para isso. Então, o que eu vou colocar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ARTUR FERRARI: Exatamente. Então, a comunicação é importante. E essa questão da educação ambiental e da separação em casa ou não acho que também tem um ponto importante. Acho que a população sempre se sente... Se eu misturar ou não misturar, vai tudo para Minas do Leão. Então é uma sensação de... O meu trabalho é totalmente inócuo, vou ficar aqui separando, separando, e, no fim, vai ser tudo junto e mandado. Então, quando a gente tem uma alteração, que a pessoa tem a noção de que o que ela está fazendo tem realmente um impacto lá na frente, ela conhecer o trabalho dos catadores, ela conhecer esse trabalho, e, se realmente a gente estiver ampliando a compostagem, ampliando a quantidade de resíduos que estão sendo tratados e reciclados, acho que a população também vem junto. É uma via de mão dupla. Tem que começar ali na frente a ser movido para que as pessoas consigam

também entender que o que elas fazem tem sentido em casa, que não é simplesmente eu separo, depois vai tudo para o Lombo do Pinheiro, mistura tudo e vai para Minas do Leão. É só essa contribuição mesmo.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Então, estamos nos encaminhando para o final do nosso seminário. Quero agradecer a presença dos nossos palestrantes, o Dr. Alexandre Burmann... Perdão, o vereador gostaria de ter mais uma parte, perdão. Pode falar, vereador.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Eu queria solicitar meus encaminhamentos, que essa ata dessa reunião seja encaminhada à Fepam, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, à Secretaria de Saúde, ao Ibama, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e a todas as esferas que possam ser importantes e estarem a par de toda essa pauta de extrema importância que está afetando as vidas e saúde. E que a gente tenha um retorno de ações, de ver alguma coisa que está sendo já motivada e está entregando alguma efetividade em cima dessa causa que está gerando essa consequência grave na nossa vida, na vida da população. Então, solicito esse encaminhamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, obrigada. Então, estamos encerrando o nosso seminário. Gostaria de agradecer ao Dr. Alexandre Burmann, ao Dr. Artur Ferrari, ao Paulo Brack, Jackson Müller, pela presença de vocês. Todos os encaminhamentos que foram mencionados aqui vão ser registrados e feitos os devidos encaminhamentos. E muito obrigada pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h35min.)